

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

TERRITÓRIOS DE MEMÓRIA, PAISAGEM E VIOLÊNCIA DE ESTADO: O CASO DO ANTIGO DOPS/MG

Ana Marília Menezes Carneiro (anammc@gmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo principal analisar os processos de memorialização e patrimonialização do edifício que abrigou o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops/MG), compreendendo-os como formas de intervenção na paisagem urbana e de ressignificação de um espaço marcado pela repressão política e pela violência de Estado. Localizado no centro de Belo Horizonte e construído na década de 1950 como exemplar da arquitetura modernista, o edifício foi, durante décadas, cenário de violações

sistemáticas de direitos humanos, configurando-se como um espaço de memória traumática inscrito no centro da cidade.

A análise insere-se no campo da História do Tempo Presente e toma como recorte temporal o período que se inicia no final da década de 1980, com a extinção formal do Dops/MG, estendendo-se pelas duas primeiras décadas do século XXI. Esse momento inaugura uma série de disputas simbólicas e políticas em torno do destino do edifício, evidenciando os conflitos entre narrativas oficiais, marcadas pela negação da tortura, e as contra-narrativas produzidas por ex-presos políticos, familiares de vítimas e movimentos sociais de direitos humanos.

Inspirado nas reflexões de Michael Pollak, o trabalho compreende a memória como um campo de disputas, atravessado por silêncios, enquadramentos e conflitos entre lembranças legítimas e memórias marginalizadas. As disputas em torno do Dops/MG revelam, nesse sentido, os mecanismos de exclusão e reconhecimento que operam na construção da memória coletiva, bem como a centralidade do espaço na ancoragem das lembranças traumáticas.

Avançando nessa discussão, a comunicação dialoga com as contribuições de Elizabeth Jelin, para quem as lutas por memória se expressam por meio de demandas por verdade, justiça e reparação, frequentemente materializadas em políticas públicas e intervenções no espaço urbano. A patrimonialização e a memorialização do antigo Dops/MG são analisadas, assim, como parte de um processo mais amplo de institucionalização da memória, no qual o Estado é simultaneamente objeto de crítica e agente de reconhecimento. Esta análise também se ancora nas reflexões da antropóloga argentina Ludmila da Silva Catela, que propõe compreender os chamados territórios de memória como espaços atravessados por usos conflitivos, disputas narrativas e projetos políticos. Nessa perspectiva, o antigo Dops/MG não é apenas um lugar de memória cristalizado, mas um território em permanente disputa, no qual se confrontam diferentes sentidos atribuídos ao passado traumático e distintas formas de intervenção na paisagem urbana.

Ao articular história do tempo presente, memória, patrimônio cultural e paisagem, a comunicação evidencia como os processos de patrimonialização do edifício — incluindo os tombamentos municipal e estadual — operam como intervenções simbólicas e políticas no espaço da cidade, transformando a paisagem cultural em arena de disputa e construção de sentidos éticos e sociais para o passado recente.

Palavras-chave: dops; ditadura militar; territórios de memória.